

FULNI-Ô: história e educação de um povo bilingue em Pernambuco*

FULNI-Ô: history and education of a bilingual people in Pernambuco State

FULNI-Ô: historia y educación de un pueblo bilingue en Pernambuco

*Lídia Márcia Lima de Cerqueira Silveira
Luciana Rosa Marques
Edson Hely Silva*

Resumo: O povo Fulni-ô residente na cidade de Águas Belas-PE, mesmo após séculos de contato com a sociedade não-indígena ainda conseguiu preservar seus valores socioculturais: toré, cafurnas, bilingüismo por meio da prática da língua materna Yaathe e o ritual sagrado e secreto do Ouricuri. Para analisarmos e compreendermos sua Educação Escolar necessitamos conhecer as especificidades de sua organização social, política e econômica, seu cotidiano, sem mistificar a visão sobre o indígena. O povo Fulni-ô foi o único povo no Nordeste, excetuando-se o Maranhão, que conseguiu preservar a sua língua materna, apesar de todo esforço em contrário, demandado pela sociedade não-indígena. Trataremos sobre a sua história, as relações interétnicas, sua organização sociopolítica, o bilingüismo enquanto força desse povo, o toré, que para os seus membros representa muito mais que uma dança, o Ouricuri, local onde se nasce etnicamente Fulni-ô e, por conseguinte, de que forma se organiza a sua Educação Escolar e qual o sentido dado à escola pelos Fulni-ô.

Palavras-chave: Povo fulni-ô. Língua materna Yaathe. Toré. Ouricuri. Educação escolar indígena.

Abstract: The Fulni-ô people resident in the city of Águas Belas-PE, even after centuries of contact with non-indigenous society still preserving their social and cultural values: toré, cafurnas, bilingualism through the practice of the Yaathe language and ritual sacred and secret Ouricuri. To analyze and understand their school education it is necessary to know the specifications of their social, political and economic organization and their daily lives without mystifying the vision of indigenous peoples. The Fulni-ô people were the only people in the Northeast, with the exception of Maranhão, which have preserved their mother tongue, despite of all contrary efforts, demanded by non-indigenous society. Their history, interethnic's relations, their socio-political organization, bilingualism as those people's strength, the toré that for their members represent more than a dance, Ouricuri, place where the ethnically Fulni-ô are born, and therefore how their school education is organized and what is the meaning given to school by the Fulni-ô people are discussed in this paper.

Keywords: Fulni-ô people. Mother tongue yaathe. Toré. Ouricuri. Indigenous education.

Resumen: El pueblo Fulni-ô residentes en la ciudad de Águas Belas-PE, se las arregló para preservar sus valores sociales y culturales apesar de siglos de contacto con la sociedad no indígena: Tore, cafurnas, el bilingüismo a través de la práctica de la lengua materna Yaathe y el ritual sagrado y secreto Ouricuri. Para analizar e comprender su Educación Escolar se necesita conocer los detalles de su condición social, políticas y económicas, y su vida cotidiana, sin mistificar la visión de los pueblos indígenas. El pueblo Fulni-ô fue el único pueblo em el Noreste, com la excepción de Maranhão, que ha sabido conservar su lengua materna, a pesar de todos los esfuerzos em contrario que exige la sociedad no indígena. Vamos a tratar acerca de su historia, relaciones iterétnicas, su organización sócio-política, el bilingüismo como fortaleza de ese pueblo, el Tore que para sus miembros representan más que um baile, El Ouricuri, donde se nace étnicamente como Fulni-ô, y por lo tanto, cómo organizar su educación e cual es el sentido dado a la escuela por los Fulni-ô.

Palabras clave: El pueblo fulni-ô. Yaathe lengua materna. Educación escolar indígena. Tore. Ouricuri.

1 POVO FULNI-Ô:

contando um pouco de sua história

O povo Fulni-ô até início do século XX era conhecido pelo nome de Carnijós e habita no município de Águas Belas, estado de Pernambuco, numa região conhecida como Polígono da Seca Nordestina. Os Fulni-ô têm séculos de contato com a sociedade não indígena, o que

resultou em impactos significativos para a história e a organização sociocultural desse povo.

Toda a extensão do município de Águas Belas, 887 (oitocentos e oitenta e sete) km² corresponde à terra que os Fulni-ô afirmam ter recebido da Princesa Isabel, cujo documen-

*Artigo recebido em Maio 2011
Aprovado em dezembro 2011

to foi "assinado com letra de ouro", segundo relatam, pela sua participação e pelos seus mortos na Guerra do Paraguai. Atualmente, a terra indígena Fulni-ô compreende a área de 11.505 (onze mil quinhentos e cinco) hectares ou 115,5 (cento e quinze pontos cinco) km² aproximadamente. A Aldeia Grande situa-se em meio a espaço urbano, tão próxima da cidade que algum visitante desavisado poderá sair da cidade e entrar na Aldeia sem perceber. A Aldeia Grande do povo Fulni-ô fica localizada a 340 km de distância da cidade de Recife, capital de Pernambuco.

Apesar de a maioria dos Fulni-ô residir na Aldeia Grande (local escolhido para a instalação do Posto Indígena General Dantas Barreto), há também a Aldeia Xyxyaklá e o Ouricuri. A esse respeito, Quirino (2006, p. 4) afirmou:

Os Fulni-ô têm como núcleos de moradas a Aldeia Sede (aldeia grande, aldeia de cima), a Aldeia do Ouricuri (aldeia de baixo - lugar de expressão religiosa Fulni-ô) e a Aldeia do Xixiakhlá (que significa em yathê muitas catingueiras). Esta última também é chamada de Cipriano pelos não-índios. A aldeia sede é comumente chamada pelos Fulni-ô de "aldeia grande", como uma forma de diferenciá-la do Xyxyaklá e do Ouricuri [...] A cidade e a aldeia sede estão integradas fisicamente.

À época do reconhecimento oficial dos povos indígenas em Pernambuco, há registros dos Fulni-ô como um povo mediador para o reconhecimento de outros povos no Estado (ARRUTI, 2004). O referido autor declarou ainda que o relatório do SPI para reconhecimento do povo Fulni-ô contém a seguinte afirmação: "os Fulni-ô, apesar de alguma miscigenação racial, e despossuídos de suas antigas terras por políticos locais, conservam a língua e os costumes de seus antepassados, assim como sua coesão social" (ARRUTI, 2004, p. 237). Dentre as expressões socioculturais que os Fulni-ô dizem ter herdado dos seus antepassados encontramos também o artesanato feito com a palha do ouricuri (planta da família das palmeiras), o Toré e o Ouricuri, este um local onde só participam os indígenas e para onde os Fulni-ô se retiram nos meses de setembro a novembro de cada ano, constituindo-se em um mistério e fonte de muita curiosidade para a comunidade local não indígena.

1.2 Relações interétnicas

O povo Fulni-ô, que afirma o nome significar "povo da beira do rio" ou "povo que vive ao lado do rio" contabiliza, atualmente, uma população aproximada de 6000¹ habitantes, o que corresponde a 16% (dezesseis), em

média, da população do município de Águas Belas, estimada em 37.992² habitantes.

A história desse povo é marcada por inúmeros conflitos pela posse da terra. A convivência secular com os não-indígenas é baseada na desconfiança, preconceitos, violências e perseguições, segundo Romani (2009). O povo Fulni-ô sobreviveu a uma história de massacres dividida em dois momentos: primeiro pelos portugueses colonizadores e na década de 1920 pelos coronéis e jagunços, sendo proibido, inclusive da prática de seus rituais e de se comunicar em sua língua materna.

As relações do povo Fulni-ô com a cidade de Águas Belas concretiza-se para suprir seus provimentos, necessidades de consumo, resolver problemas relacionados a instituições financeiras, de comunicação, acesso aos órgãos públicos, dentre outros. Portanto, os Fulni-ô precisam manter o contato quase diário com os não-indígenas. Entretanto, o aspecto mais forte e marcante dessa relação é o preconceito demonstrado por meio da visão que a maioria dos moradores na cidade de Águas Belas possui em relação aos Fulni-ô, que se traduz nas relações conflituosas e de desconfiança estabelecidas historicamente. Isso dificulta a continuidade dos estudos de indígenas nas escolas da cidade, bem como o acesso a postos de trabalho fora do âmbito das aldeias, restando aos Fulni-ô que desejam alcançar esse patamar, evadirem-se de sua terra, de junto de seu povo para outros estados do Brasil, a não ser aqueles que desejem ser professor/a e prestem concurso público como qualquer outro brasileiro e alguns poucos que já começam a inserir-se enquanto funcionários no comércio em lojas de comerciantes que simpatizam com o povo.

Nas poucas festas da cidade de que os jovens Fulni-ô participam, sempre aparecem em grupo de 10 a 12 pessoas, talvez para se fortalecerem ante os olhares e comentários discriminadores e preconceituosos dos demais habitantes no município.

O povo Fulni-ô comumente realiza suas festas religiosas na própria Aldeia Grande. Apesar de se dizerem católicos e devotos de Nossa Senhora da Conceição, sua padroeira e padroeira da cidade de Águas Belas, têm sua comemoração própria realizada em período posterior à festa de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Águas Belas e de São Sebastião. Em momentos de festividades abertas na Aldeia Grande os Fulni-ô ficam felizes com a presença de pessoas não-indígenas da cidade

que consideram amigas, demonstrando-se verdadeiros anfitriões.

Quirino, ao tratar das relações conflituosas estabelecidas entre o povo Fulni-ô e os não-indígenas da cidade de Águas Belas, não poderia deixar de lado a troca de favores, e a esse respeito fez a seguinte afirmação,

Os Fulni-ô buscam todo tempo afirmar sua identidade e defender seus direitos históricos perante os não-índios de Águas Belas. Existe notadamente uma separação étnica marcada por uma interação bastante tensa e complicada. Todavia, mesmo em meio a essa conturbada relação interétnica, existem as trocas de favores e as alianças. Por exemplo, os não-índios de Águas Belas sabem o quanto é importante o apoio político dos Fulni-ô para eleger um candidato que está disputando um cargo público. Os candidatos e os eleitores sabem que as lideranças Fulni-ô, ao apoiar um candidato, levam consigo um bom número de votos da aldeia para a mesma direção. Os Fulni-ô, por sua vez, se dispõem a amparar a eleição do candidato que poderá, possivelmente, lhe trazer um bom retorno, ou seja, lhe dar voz política e defender alguns de seus interesses econômicos dentro da cidade. Para citar outro exemplo, os Fulni-ô precisam do comércio de Águas Belas para abastecer-se de suprimentos e também para escoar suas mercadorias, seus produtos agrícolas e os utensílios fabricados com a palha do Ouricuri. (QUIRINO, 2006, p. 13).

Ainda sobre o assunto, Barbalho³ (2003, p.195) observou que há entre os Fulni-ô e a sociedade local,, o que ele chamou de “entrechoques culturais”, decorrentes das ideias sobre a miscigenação e do preconceito local que consome boa parte dos embates entre indígenas e não-indígenas, “numa sequência intercalada de altos e baixos”. De um lado está a comunidade indígena, herdeira da história, terras no município, e do outro está o município de Águas Belas, crescendo em população, desenvolvimento urbano e tentando avançar ainda mais sobre as fronteiras do território Fulni-ô.

Os casamentos interétnicos ocorrem esporadicamente e sem muito aval dos/as indígenas idoso/as. As crianças advindas dessas uniões participam da vida da comunidade, porém só serão reconhecidas como indígenas se forem introduzidas logo cedo, desde o nascimento, no ritual do Ouricuri. Para ser considerado Fulni-ô pelo próprio povo, não basta falar o Yaathe ou viver entre os indígenas. A identificação só será assegurada mediante o ingresso na vida secreta Fulni-ô, que é a introdução do indivíduo no Ouricuri e a observação religiosa de suas normas.

Vale salientar que apenas os/as filhos/as oriundos/as dessas relações é que podem ser considerados indígenas, jamais seus cônjuges. Campos observou esse fato e fez a seguinte declaração:

Para reconhecer um descendente Fulni-ô hoje, os critérios mais importantes são: ser filho de pais Fulni-ô – pelo menos um entre o casal – e participar do ritual do Ouricuri desde criança. Esse reconhecimento garante ao índio Fulni-ô, dentre outras coisas, o direito à propriedade da terra indígena. (CAMPOS, 2006, p. 18).

Aparentemente, para os Fulni-ô, ser povo está acima de ser família e isso acarreta muitos conflitos familiares entre indígenas e não-indígenas. Pais ou mães não-indígenas cujos filhos são Fulni-ô não conseguem compreender como ou o porquê de seus filhos/as serem mais fiéis a um povo do que aos seus próprios pais por não conseguirem arrancar-lhes o *segredo do Ouricuri*. Não se sabe que tipo de processo educativo é realizado há séculos pelos Fulni-ô referente aos seus rituais sagrados e secretos, mas o que se reconhece é que crianças muito pequenas já compreendem e sabem com quem nunca comentar, mesmo que seja com a sua mãe ou o seu pai.

Apenas para ilustrar, citamos o exemplo de um menino de 4 anos que, sempre que voltava do Ouricuri, sua mãe o questionava curiosamente sobre o que acontecia por lá. A sua irmã de 7 anos ficava observando e se aproximava fitando o irmão, que imediatamente afirmava: “Não sei, não me lembro, não fazemos nada lá”. Em uma determinada vez a irmã ao se aproximar percebeu que o irmão estava começando a contar algo. Imediatamente, denunciou o irmão ao povo e este menino de 4 anos foi afastado e impedido temporariamente de ir ao Ouricuri, como forma de disciplinamento. A mãe chama essa filha de *caboca braba*, e com frequência faz a seguinte pergunta em voz alta: “como é que a irmã entrega o próprio irmão? E não sabe que sou mãe dela? Essa é caboca mesmo.”

Durante a pesquisa de campo que ainda está em andamento, uma das entrevistadas, que tinha sido casada com um não-indígena com quem teve 3 filhas, afirmou: “elas tinham um ótimo relacionamento com o pai e isso me assustava porque eu sempre pensava, ai meu Deus, será que elas vão contar alguma coisa? E elas nunca contaram, mas eu vivia essa aflição”. Possivelmente, os casamentos interétnicos causam aflições e conflitos em ambos os lados: indígenas e não-indígenas.

1.3 A organização sociopolítica dos Fulni-ô

A organização sociopolítica do povo Fulni-ô é semelhante à organização dos demais povos indígenas no Nordeste: um cacique, um pajé e um grupo de lideranças. No caso específico

dos Fulni-ô, o grupo de lideranças é composto por oito líderes, 50% por parte do Cacique e 50% por parte do Pajé. Pouco se sabe sobre os critérios de escolha desses líderes para indicação nos cargos, mas a ideia comum é de que o critério utilizado seja o de mais idade, o indígena mais antigo. Referente à escolha do Cacique e do Pajé, o povo Fulni-ô difere de alguns povos no Nordeste, uma vez que não há eleição direta, mas comumente a escolha é feita mediante o critério de hereditariedade. Ou seja, Cacique e Pajé devem fazer parte de um mesmo clã, escolhidos dentro de uma mesma família e, portanto, a mudança de cargo ocorrerá apenas por morte de um dos líderes, que terá como sucessor o seu filho mais velho ou alguém do mesmo clã indicado pelos antepassados (BARBALHO, 2003).

Os Fulni-ô possuem discordâncias internas, afinal são 6.000 pessoas, mas as autoridades Fulni-ô são aquelas legitimamente escolhidas pela tradição, e que sempre serão respeitadas e ouvidas no Ouricuri.

O povo Fulni-ô possui um modelo de ser indígena baseado em 4 (quatro) categorias de identidade/indianidade consideradas legítimas para esses indígenas, quais sejam: língua, aldeia, Toré e Ouricuri, de maneira tal que as pessoas que não correspondam a alguma dessas categorias dificilmente serão aceitas e reconhecidas como Fulni-ô. Vale ressaltar que a categoria mais forte é a introdução no Ouricuri.

A sobrevivência do povo é decorrente da agricultura, pequenas criações de gado, arrendamento de terras aos não-indígenas e o artesanato produzido com a palha do ouricuri e vendido nas Aldeias, na feira pública da cidade realizada no dia de segunda-feira ou durante o mês de abril, quando se espalham pelas mais diversas cidades do Brasil, especialmente, Recife, São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba. Nos períodos de chuva, há uma queda na produção e comercialização do artesanato, uma vez que é necessário que a palha do ouricuri esteja seca para poder produzi-lo.

1.4 O Yaathe: a língua como força de um povo

A língua falada pelo povo Fulni-ô é o Yaathe, símbolo de sua resistência e força, cujo significado os indígenas afirmam ser "nossa boca, nossa fala, nossa língua". Na década de 1920, o povo Fulni-ô foi bastante perseguido pelos coronéis e jagunços da cidade de Águas Belas-PE, inclusive tendo sido proibido de falar sua língua materna, o Yaathe.

O preconceito e a discriminação contra os indígenas também contribuíram para a quase extinção da língua materna do povo Fulni-ô, já que se falava o português cotidianamente. O Yaathe era comumente falado apenas pelos mais velhos e frequentemente usado em suas comunicações entre si quando desejavam não serem entendidos pelos não-indígenas.

Para Barbalho (2003, p. 209), o Yaathe constitui o maior patrimônio cultural dos Fulni-ô e "[...] não é por mera insistência que os Fulni-ô atribuem aos falantes do Yaathe um destaque particular em sua sociedade," mas porque "[...] ela aparece como fator de auto-identificação". O sentimento de identidade indígena Fulni-ô é garantido e assegurado pela maior consciência da afirmação dos seus valores socioculturais. O Yaathe tem seu valor histórico e social para o povo Fulni-ô por meio de seu significado imediato e vivo.

Ainda de acordo com o citado autor, se pudéssemos atribuir à língua o mesmo pré-requisito que os indígenas fazem em relação à participação no Ouricuri, ou seja, à condição de ser Fulni-ô, ela teria um valor coercitivo inflexível. No entanto, ela é mais flexível, apesar de ser o veículo de transmissão da cultura do Povo e conter as normas que asseguram o funcionamento da sociedade em geral e o estabelecimento dos papéis sociais – familiar ou individual – em particular.

O que estamos conseguindo perceber por meio da pesquisa de campo é que o povo Fulni-ô possui uma compreensão sobre a importância do Yaathe para o fortalecimento de sua identidade e preservação de sua cultura. Nas salas de aula do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio das escolas indígenas Fulni-ô, os alunos participam de aulas de Yaathe inseridas no currículo e no horário de suas aulas formais. Os alunos oriundos da cidade de Águas Belas que não conseguem vagas nas escolas e procuram as escolas indígenas Fulni-ô são bem acolhidos e devidamente matriculados, porém no horário das aulas de Yaathe eles aguardam fora de sala de aula e não podem participar porque o domínio da língua materna é de exclusividade de membros do próprio povo. As crianças e adolescentes Fulni-ô estudam um horário na escola regular indígena ou não e outro horário estudam só a língua materna, mesmo aqueles que têm aula de Yaathe na escola indígena regular. Podemos pensar por meio da visão de Michel de Certeau, que essas são algumas táticas utilizadas pelo povo Fulni-ô para favorecer a vida de sua língua

materna e de sua cultura, pois à medida que as crianças e adolescentes estudam e aprendem o Yaathe também aprendem os valores e a cultura do próprio povo. Conforme afirmação de um professor de língua materna: "Yaathe é uma língua viva".

1.5 O Toré: muito mais que uma dança

Para os Fulni-ô o Toré é um presente para Deus. Segundo narrativa coletada por Quirino, um fulni-ô contou que, quando Deus andava no mundo, assumiu a forma de gente e aproximando-se de um grupo de indígenas nus, começou a falar com eles em Yaathe. Ao fim da conversa, disse-lhes que no outro dia retornaria. Esses indígenas ficaram preocupados, pois se aquela pessoa era realmente Deus, eles precisariam aprontar-lhe uma boa surpresa. Assim, eles formaram o Toré, uma dança que é um presente com o qual O receberiam no dia seguinte:

Aí, foi daí que eles formaram a primeira coisa deles. Daí formou a coisa que até hoje existe e é de fundamental importância pra gente que é o Toré. Foi através daí. Então, ele tem como prioridade pra gente, prioridade é o Toré, entendeu? Por esse motivo, com base nisso, ser Fulni-ô é demais, é muito importante. É um privilégio que nenhuma outra nação do mundo pode ter. (João Paulo Ribeiro, 18 anos, estudante). (QUIRINO, 2006, p. 120).

Ainda segundo Quirino, o Toré Fulni-ô, quer seja público ou privado é praticado e observado pelos indígenas com respeito por ter uma ligação com o sagrado, como descreveu o indígena Abdon:

É o momento de pedir a Deus, orar a Deus, que nem o branco ora na igreja, que nem o crente ora na igreja. No momento que a gente tá pedindo a Deus a chuva, pedindo a Deus a paz, entendeu? E é esse momento... às vezes quando vem um branco "grande", das altas categorias, pode ser até a senhora mesmo que chega a pedir o Toré, a gente podemos fazer, né? Aí nessa hora, a gente pede a Deus pela senhora. Que é uma dança religiosa (Abdon dos Santos, 55 anos, Compositor de Cafurna e músico da aldeia). (QUIRINO, 2006, p. 120).

O Toré público talvez tenha um cunho político de demarcação de limite e diferenciação em relação aos não-indígenas, podendo ser realizado em instituições as mais diversas ou nas próprias aldeias, em eventos específicos ou apresentações para visitantes. Em conversa com algumas crianças Fulni-ô que dançaram Cafurnas na escola, há diferenças entre estas e Toré e uma delas é que o Toré é um ritual sagrado e a Cafurna é composta de várias danças mais frequentemente apresentadas em público.

1.6 O Ouricuri: afirmação de identidade

O Ouricuri que significa em Yaathe 'a cabeça do lugar' é o centro religioso Fulni-ô e fica situado a 6 km da Aldeia Grande. A religião do povo Fulni-ô exerce forte influência na determinação de suas relações internas e externas. Dantas (2010), ao tratar sobre a questão do Ouricuri, concluiu que era um ritual de reclusão religiosa e completamente proibido para não-índios e outros índios que não os Carnijó, e que hoje continua sendo praticado pelos Fulni-ô.

Barbalho (2003, p. 184) defendeu que o Ouricuri é mais que o lugar de revitalização e socialização da prática e/ou lugar de afirmação do povo Fulni-ô, uma vez que é também a própria aldeia na maior acepção dessa palavra. "O Ouricuri é o lugar somente dos Fulni-ô [...] não se permite a presença de estranhos no local nos meses de reclusão" e constitui-se também em sua religião secreta, bem como no aspecto central da singularidade desse povo, em seu mundo cultural e estranho ao habitante não-indígena local.

O povo Fulni-ô passa três meses recluso durante o ano, no Ouricuri – setembro, outubro e novembro –, e os indígenas que vivem e trabalham em outros estados do Brasil vêm todos anualmente para vivenciarem esse ritual sagrado. O início da reclusão dos Fulni-ô no Ouricuri é realizado mediante a celebração de uma missa campal pelo Bispo da Arquidiocese de Garanhuns ou pelo pároco local, com cânticos traduzidos para o Yaathe e contando com a participação de uma maioria não-indígena, uma vez que é o único momento em que podem entrar na área indígena e permanecer até as 14 horas. Ao meio-dia já se percebe um esvaziamento da Aldeia Ouricuri pelos não-indígenas. É possível pensar no Ouricuri enquanto "a grande escola" onde se aprende a SER FULNI-Ô.

2 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR

Os Estados Nacionais, a partir do século XIX, viam na escola, segundo Enguita (2007, p.64) "um poderoso instrumento para a formação de uma cultura (homogênea e leal) e de uma identidade nacionais" para a construção do Estado enquanto nação. O autor, ao tratar sobre a distância que separa as intenções dos atos, reflete acerca de alguns aspectos que impediram que os níveis de integração e homogeneização fossem tão elevados e, dentre

os citados, um deles é que "determinadas minorias podem ter ficado à margem do processo de construção nacional, principalmente por estratégias excludentes da maioria, mas também, em certa medida, por estratégias assimilacionistas próprias, reactivas ou não".

Obviamente, para os Fulni-ô a educação de seu povo antecede e transcende o período e os muros da educação escolar. Nas quatro categorias presentes no seu modelo de ser indígena (língua Yaathe, Toré, Ouricuri e Aldeia), há um processo educativo de ensino-aprendizagem de tradições, rituais, histórias, expressões socioculturais específicas do povo e, conseqüentemente, o fortalecimento de sua identidade étnica que nunca dependeu da escola para tal, muito ao contrário, foi até negado por essa escola. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por meio da educação escolar, o povo Fulni-ô sempre valorizou e reconheceu a importância da escola, a ponto de enfrentar, durante anos e anos, os preconceitos dos aguasbelenses ao buscar as escolas da cidade e lutar para manter-se estudando nelas. De maneira que alguns indígenas conseguiram continuar o itinerário de uma formação escolar regular oficial, concluir os estudos e galgar postos de trabalho em instituições educacionais, religiosas, empresariais, no próprio governo e em Organizações Não Governamentais (ONG's), nos mais diversos estados do Brasil.

Ao mesmo tempo em que os indígenas sempre desejavam e necessitavam da escola, frequentemente compunham os índices de evasão, reprovação e repetência, experimentando, ano após ano, os sentimentos oriundos do fracasso escolar, tendo como consequência a baixa qualificação, de acordo com o depoimento de Luciano Inácio dos Santos, residente em Carapicuíba, que afirmou ao falar sobre os problemas enfrentados por alguns Fulni-ô quando chegaram a São Paulo: "[...] Como não tínhamos qualificação profissional, passamos a viver de trabalhos informais na construção civil, como porteiros, seguranças e costureiras" (FUNAI, 2008, p. 27). Fica evidente a importância da aquisição do conhecimento formal socialmente produzido para sobrevivência na sociedade fora das aldeias.

Em se tratando da educação e em particular da escola no mundo ocidental, Fleuri (2003, p. 18) afirmou que:

A escola tem desempenhado o papel de agenciar a relação entre culturas com poder desigual (colonizadores x colonizados; mundo ocidental x mundo oriental; saber formal escolar x saber informal

cotidiano; cultura nacional oficial x culturas locais, etc.), contribuindo para a manutenção e difusão dos saberes mais fortes contra as formas culturais que eram consideradas como limitadas, infantis, erradas, supersticiosas.

No final da década de 1920, entre os Fulni-ô foi criada a Escola Marechal Rondon localizada na Aldeia Grande, onde as crianças estudavam o antigo primário e depois migravam para as escolas da cidade de Águas Belas para darem continuidade aos seus estudos. Através do depoimento de Wadja Fulni-ô (nome indígena da professora Marilena Araújo de Sá), percebemos bem esse conflito existente entre a necessidade da escola, a discriminação que ocorre em seu interior e a importância da escola bilingue para os povos indígenas:

Quando era pequena, estudei numa escola de Águas Belas, e senti na pele o preconceito de estar no meio dos brancos. Foi a partir desta experiência, de me sentir discriminada e da constatação de que as crianças estavam desaprendendo a língua, e também de que outras tribos não falavam mais seus idiomas, pois estudavam apenas o português, que resolvi dedicar minha vida ao projeto de resgatar e consolidar a cultura e a língua do meu povo para as futuras gerações. (ROMANI, 2009, p. 33).

O Cacique, Sr. João de Pontes em conjunto com a referida professora Marilena⁴ criou a Escola Bilingue Fulni-ô, a partir de meados da década de 1980. Ao perceberem que a língua materna de seu Povo poderia desaparecer com os anciãos, uma vez que até nas aldeias a língua utilizada pelos Fulni-ô para se comunicarem entre si era o Português, eles ressignificaram a escola considerando-a uma aliada nesse processo, tendo como resultado o fato de ser hoje o único povo indígena no Nordeste, excetuando o Maranhão, que se mantém falante de sua língua materna.

A Escola Marechal Rondon iniciou sua história de forma semelhante a todas as escolas inseridas no cotidiano das aldeias dos povos indígenas no Brasil, sob a tutela do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com a missão integracionista. Depois passou para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁵, vinculada ao Ministério da Justiça⁶ e delegada à execução dos municípios próximos às localizações das aldeias.

Os conflitos decorrentes desse momento de municipalização da Educação Escolar Indígena em Pernambuco foram inúmeros, uma vez que prefeitos, secretários e vereadores, não eram apenas representantes do poder local, mas também eram os maiores interessados nas terras indígenas. Os problemas enfrentados pela Educação Escolar Indígena em Pernambuco foram inúmeros: falta de mate-

rial didático, ausência de merenda escolar, estruturas físicas precárias, indicações de pessoas pelo viés clientelista para atuarem enquanto professores, porém sem qualificação para tal ou conhecimento sobre o povo, sua história, sem sequer possuir empatia com a causa indígena.

A mobilização de indígenas e indigenistas continua no Brasil e se fortalece no respectivo Estado por meio da criação da Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco (COPIPE), que dentre suas bandeiras de reivindicações constatava a exigência de que a Educação Escolar Indígena fosse estadualizada, o que aconteceu, oficialmente, por meio do Decreto nº 24628/2002.

Segundo Maristela, filha do atual Cacique e responsável pela educação escolar de seu povo, à frente do cargo de Coordenadora Geral, atualmente os Fulni-ô possuem três escolas, todas sob a responsabilidade do Estado: Escola Estadual Indígena Marechal Rondon situada na Aldeia Grande, com atendimento a aproximadamente 1.574 (hum mil quinhentos e setenta e quatro) alunos/as matriculados/as da Educação Infantil ao Ensino Médio, ofertando ainda turmas de Normal Médio, Telecurso e turmas de Yaathe; Escola Estadual Indígena Ambrósio Pereira Júnior, localizada na Aldeia Xyxyaklá, com atendimento a 121 alunos/as matriculados/as da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e turmas Yaathe, tendo a continuidade dos estudos na Aldeia Grande na Escola Estadual Indígena Marechal Rondon; e por último, a Escola Bilingue localizada na Aldeia Grande com 305 alunos/as. Apesar desse atendimento, os Fulni-ô são livres para escolherem realizar seus estudos nas escolas indígenas ou nas escolas não-indígenas.

Apesar de o Censo Escolar 2009 ter registrado um crescimento de 11,7% (onze vírgula sete por cento) no número total de matrículas na Educação Escolar Indígena, a educação no Brasil continua sem atender as primeiras gerações de direito propostas por Boto (2005, p. 788) – ensino universal para todos e estruturação de um padrão mínimo de qualidade para esse ensino oferecido a todos – e, especificamente, a Educação Escolar Indígena lida com dupla desvalorização – educação e indígena.

São muitas as inquietações referentes ao tema: preconceitos presentes na cultura local contra os indígenas, a educação do povo Fulni-ô por meio da escola, o papel dessa escola no atendimento às diferenças e diversidade cultural.

Mediante coleta inicial na pesquisa de campo pudemos perceber que as crianças Fulni-ô são felizes, tranquilas e aceitas no espaço da Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon. Elas afirmam gostar da escola e demonstram alegria, prazer e orgulho de serem indígenas Fulni-ô. Consegui vê-los tão livres, soltos e felizes como nunca pensei que eles o fossem. Faz diferença estar em um lugar onde se é valorizado e respeitado, onde se estuda a cultura do outro, mas também se estuda a sua própria cultura, seus valores, costumes e tradições, onde se tem existência.

Na pesquisa de campo, pudemos perceber que o processo de estadualização da Educação Escolar Indígena em Pernambuco representou mudanças significativas no caminho da concretização da política pública, entretanto, muito ainda se tem a trilhar. Observamos a angústia gerada por um conflito presente no calendário letivo elaborado pelo próprio povo e enviado ao Estado, junto a Gerência Regional de Educação (GRE) e Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), referente à festa de Nossa Senhora da Conceição que é comemorada pelos indígenas Fulni-ô de acordo com a disponibilidade da agenda dos representantes da Igreja Católica em data posterior à festa de Nossa Senhora da Conceição da cidade de Águas Belas e da festa de São Sebastião e, possivelmente, determinada ou influenciada pelos seus ancestrais. Isso impossibilita a inserção da Festa da Aldeia (Festa de Nossa Senhora da Conceição do povo Fulni-ô) no calendário letivo enquanto um feriado importante para o povo.

Nesse ano, em razão da ausência de um espaço adequado para realizar a festa de Nossa Senhora da Conceição ou Festa da Aldeia, segundo informações das coordenadoras, a liderança decidiu que o melhor local seria a Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon. Foi armado um palco no pátio da escola e as aulas foram canceladas na sexta-feira dia 18 de fevereiro, sob a alegação de que nas outras escolas Fulni-ô haveria aula normal e não haveria sala de aula livre para receber as crianças da Escola Marechal Rondon. Naquele dia estávamos na área administrativa (secretaria das escolas Fulni-ô) quando vimos alguns adolescentes do Ensino Fundamental II voltando da escola e perguntamos: “Está havendo aula para vocês?”. Resposta: “Não”. A coordenadora geral das escolas Fulni-ô estava aflita e angustiada, dividida entre cumprir a determinação expressa no calendário escolar que estabelecia aquele dia como letivo ou cumprir

a determinação do Cacique e do Pajé que afirmavam ser aquele um dia importante para o povo Fulni-ô. Até que ponto a forma e o tempo de contato pôde gerar confusões entre as necessidades do povo e aquilo que se materializa no seu cotidiano por meio das interferências da convivência com não-indígenas?

Também foi possível perceber por meio da observação das aulas, bem como nas entrevistas realizadas com professores, professoras e coordenadoras que há outro conflito que se expressa em como ministrar aulas que desenvolvam os conteúdos impostos pelo currículo comum. Aqueles que chamam de conteúdos nacionais ou conteúdos brasileiros e os conteúdos relativos às expressões socioculturais do povo Fulni-ô. É certo que o povo Fulni-ô quer preparar cidadãos e cidadãs para viverem na sociedade brasileira, desfrutando de seus direitos como tal, inclusive das oportunidades de vagas nas universidades e o acesso ao mercado de trabalho. Todavia, eles o fazem sem perder de vista ou esquecer as suas origens, mas acima de tudo, afirmando a identidade étnica de seu povo, seus valores, tradições e sentindo orgulho de ser indígena Fulni-ô. A dificuldade está em como conseguir planejar e efetivamente fazer valer isso na prática de sala de aula em meio ao tempo determinado por lei – 200 dias letivos – e aos conteúdos impostos pelo currículo comum.

No que diz respeito à formação continuada de professores/as, foi unânime a importância e necessidade do trabalho do Estado. Porém, segundo os entrevistados a quantidade de encontros realizados em 2010 não foi suficiente, além do fato de alguns encontros terem sido planejados e realizados no período em que o povo estava no Ouricuri o que inviabilizou a participação de educadores Fulni-ô. A esse respeito Grupioni (2008, p. 164) afirmou em sua tese que apesar da legislação apontar para a possibilidade de arranjos próprios de tempo, organização curricular, calendário e carga horária específica, é visível o descompasso entre o que os sistemas de ensino exigem e o que se pratica de fato nas escolas indígenas. E defende ainda o autor que “propiciar condições para que os professores indígenas possam refletir a respeito de que conhecimentos a escola indígena deve tratar vem sendo um calcanhar de Aquiles nas propostas de formação de professores indígenas praticadas País afora”.

Outra dificuldade enfrentada é que, mesmo o ano letivo das escolas indígenas Fulni-ô se iniciando na primeira semana de dezembro de

cada ano, os diários de classe só chegaram às escolas após meados de fevereiro, e materiais como livro didático, fardas, lápis, borracha e canetas só foram entregues às escolas em final de março de 2011, conforme qualquer outra escola do Estado. Porém, para uma escola cujo ano letivo se encerra em agosto, poderíamos dizer que as escolas Fulni-ô já estariam próximas de concluir o 1º semestre letivo.

Na Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon também foi percebido um problema grave: a falta de água, até mesmo para beber! Isso que implica em má higienização de banheiros, precariedade da limpeza da escola em geral, problemas para preparar a merenda escolar e ensinar hábitos de higiene para as crianças. Um exemplo dessa situação é que o dentista da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e sua assistente (indígena Fulni-ô) visitaram a Escola Estadual Indígena Marechal Rondon, conversaram com as crianças sobre a importância da escovação, distribuíram escovas de dente com a solicitação de que trouxessem-nas todos os dias para a escola para escovarem os dentes após a merenda e entregaram uma pasta a cada professor/a. Na prática isso se tornou mais um problema para a coordenadora Milene administrar em função da falta de água.

A estrutura física da Escola Indígena Marechal Rondon é semelhante a qualquer escola do Estado em outras localidades, porém algumas expressões, ainda que fruto de observações preliminares realizadas durante a pesquisa de campo, nos fizeram pensar na Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon mediante o conceito de espaço de fronteira, proposto por Tassinari (2001, p. 68) e nas maneiras de fazer dos usuários de Certeau (2009, p. 19) para refletir sobre a escola diferenciada e intercultural.

Tassinari afirmou que a escola indígena não é totalmente assimilacionista, nem 100% indígena, mas está situada em espaço de conflito, diálogo, negociações, embates, fronteira e Certeau (2009, p. 18) defendeu que, quando se analisa relações de poder ou forças que envolvem relações aparentes entre fortes e fracos: “sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiotas”. Certeau falava sobre a inversão e subversão pelos mais fracos e acreditava firmemente na liberdade gazeteira das práticas. Para o referido autor as táticas dos usuários ou consumidores são as engenhosidades do fraco para tirar partido do forte e estas vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas.

Segundo essa perspectiva, destacamos as expressões percebidas, de forma preliminar, no cotidiano da Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon:

- a) a quantidade de professores/as indígenas Fulni-ô: 116 de um total de 121, são do próprio povo, apenas 5 professores/as não são Fulni-ô;
- b) a seleção desses professores/as. Todos/as são escolhidos/as pelas habilitações para o magistério ou pela habilidade para ministrarem as aulas de língua materna; no entanto, todos/as, sem exceção passaram pelo aval da liderança maior do povo, o Cacique e o Pajé;
- c) alegria e liberdade presentes no comportamento, gestos e atitudes das crianças;
- d) presença de professores, do sexo masculino em sala de aula, algo pouco comum no Ensino Fundamental I;
- e) presença de professor idoso, o Professor Liminha como é chamado carinhosamente pelas crianças, a quem ensina a língua materna (o Yaathe);
- f) a escola abre o portão às 07h30, mas desde as 07h as crianças se encontram tranquilamente aguardando em frente à escola;
- g) ao abrir o portão, todas as crianças se dirigem para as suas salas de aula. Não há nenhum sinal condicionando as crianças, nem na entrada, nem na saída da escola, a não ser para avisar que é a hora do recreio;
- h) as crianças do Ensino Fundamental I vêm sozinhas para a escola;
- i) aulas de Yaathe compõem o quadro de horário em conjunto com as aulas regulares;
- j) o quanto as crianças gostam das aulas de Yaathe, que tratam exclusivamente de suas expressões socioculturais e sua História;
- k) quando a aula é de Yaathe (língua materna), as crianças não-indígenas, normalmente residentes na periferia da cidade de Águas Belas que não encontraram vagas nas escolas não-indígenas e foram matriculadas na Escola Indígena Fulni-ô Marechal Rondon, aguardam fora de sala de aula junto com a sua professora, pois são aulas exclusivas para quem é Fulni-ô;
- l) o prazer das crianças em serem indígenas Fulni-ô;

- m) o conhecimento demonstrado pelas crianças sobre a sua língua materna;
- n) as pesquisas escolares que as crianças fazem cujos informantes naturalmente são os avôs, avós, pais, mães, tios, irmãos;
- o) o livre trânsito da família na escola "sem perturbar a ordem";
- p) a forma como professores/as, coordenadora, alunos/as e funcionários/as se organizam, se entendem e resolvem problemas sem burocracia;
- q) a não diferença no tratamento de professores, professoras, coordenadora e funcionários/as em relação às crianças não-indígenas, exceto nas aulas de Yaathe, que são de interesse do próprio povo;
- r) no recreio as crianças se misturam nas brincadeiras e pelo comportamento não se sabe quem é Fulni-ô e quem não é;
- s) o fato de as crianças estudarem um horário na escola regular e outro horário na escola exclusiva de Yaathe;
- t) a autonomia das crianças, como por exemplo, para ir beber água, usar o banheiro a qualquer momento e sem perturbar a aula;
- u) diretor de disciplina, professor/a e aluno/a fumando xanduca⁷ na escola.

Gersen dos Santos Luciano, professor indígena do povo Baniwa no Amazonas, em um congresso sobre Educação Escolar Indígena, afirmou que a escola tinha sido o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também poderia tornar-se o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma era.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar sobre o povo Fulni-ô nos aproximou de uma história de convivência secular com os não-indígenas, de um povo que apesar de ter sido expulso de suas terras por coronéis e jagunços nunca desistiu dela e teimosamente voltava para sua aldeia, permanecendo lá até aos dias atuais. Falamos de um povo que apesar de ameaças e proibições não perdeu suas tradições, tornando-se o único povo bilingue do estado de Pernambuco, pois mantém viva a língua materna Yaathe e fala a língua portuguesa, diversos tipos de cafurnas, o toré e mantém o ritual sagrado do Ouricuri para onde se retiram e permanecem 3 meses ao ano, de setembro a novembro.

As relações interétnicas são estabelecidas de forma aparentemente amistosa, porém o preconceito é velado e mais difícil de ser enfrentado. Há uma relação de dependência de entre indígenas e não-indígenas. De um lado os não-indígenas que residem, têm fazendas, comércios e até ao morrerem são enterrados em terras Fulni-ô, porque até o cemitério da cidade é terra indígena. De outro lado, o povo Fulni-ô que depende da cidade para suprir suas necessidades de consumo e serviços. Em uma conversa com uma das coordenadoras pedagógicas da Escola Indígena Fulni-ô Marechal Rondon, ela comentou que as pessoas da cidade ameaçaram ir embora todas de uma vez, abandonarem a cidade e que os Fulni-ô tinham ficado aflitos ao imaginarem como viveriam sem elas. Além da dependência comercial e de serviços há outra que é financeira, pela renda advinda dos arrendamentos de terras aos não-indígenas.

A Educação Escolar Indígena se insere em meio a esses conflitos. A Escola Estadual Indígena Fulni-ô Marechal Rondon nasceu no Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e, portanto, sob uma visão integracionista dos povos indígenas, porém, a história do povo Fulni-ô traz uma marca que fez a diferença nessa relação indígena-escola, a presença do Padre Alfredo Damaso que possuía grande força política e preocupação em reconhecer e fortalecer os povos indígenas, especialmente o povo Fulni-ô, com quem estabeleceu relação tão próxima e respeitosa a ponto de ser uma personalidade de referência carinhosa e de gratidão para todos os indígenas Fulni-ô.

Ao analisarmos o Projeto Político-Pedagógico dos povos indígenas de Pernambuco, encontramos a finalidade da escola para o povo Fulni-ô que é de "formar alunos para serem críticos, reflexivos, ativos e atuantes na sociedade índia e não-índia, valorizador de sua cultura, conhecendo, respeitando e valorizando as demais culturas" (PERNAMBUCO, 2009). Segundo outra coordenadora pedagógica da Escola Indígena Fulni-ô Marechal Rondon "Fulni-ô aprende sua cultura na comunidade". Ao que parece, a escola para os Fulni-ô é estratégica para apreender uma cultura dominante no País, e necessária para ocupar espaços de trabalho nessa sociedade chamada brasileira da qual eles também fazem parte. O que essa escola não precisa fazer é tratá-los com o desrespeito algo que as escolas da cidade sempre fizeram.

De forma preliminar, podemos nos questionar sobre a presença ou não da cultura

indígena Fulni-ô no interior de suas escolas, especialmente na Escola Indígena Fulni-ô Marechal Rondon, campo de nossa pesquisa: com um público formado por crianças professores e funcionários indígenas, todos residindo e convivendo diariamente em comunidade na Aldeia Grande, como seria possível a sua cultura não fazer parte dessa escola, ainda que não esteja inserida diretamente no currículo formal? Eles são a cultura para onde forem, onde estiverem a cultura estará com eles. A xanduca presente nos intervalos é um exemplo disso, bem como a forma de fazer a merenda com merendeiras de cócoras ou sentadas ao chão; as aulas de Yaathe; o sotaque próprio ou a forma de falar que é bem diferente das pessoas da cidade; a tranquilidade e o diálogo estabelecido continuamente; crianças que se organizam em 5 ou 10 minutos e apresentam suas cafunas para visitantes; as conversas informais naturalmente realizadas por meio do Yaathe; dentre outros.

No entanto, por meio da pesquisa de campo também tem sido possível perceber as inúmeras dificuldades e embates políticos-administrativos enfrentados pelo povo Fulni-ô para fazer valer a sua Educação Escolar. A impressão inicial é a de que o Estado parece afirmar: "respeitamos a sua cultura, seus rituais, desde que vocês se adequem ao Sistema". Acreditamos que nesse contexto se encontre a necessidade de cumprir os 200 dias letivos em 9 meses para ter direito ao seu ritual sagrado do Ouricuri, local onde ficam reclusos por três meses. Essa situação tem levado alunos e professores ao cansaço, pois o sábado é dia letivo constante no calendário, não havendo espaço para reposição de aula, dessa maneira professor indígena Fulni-ô quando adoece tem que colocar e pagar outro profissional para o substituir. Vale salientar que esses professores estão submetidos à condição de mini-contrato ou contrato temporário entre 7 e 16 anos em média.

A defesa dos povos indígenas é por uma educação pelo e para o povo, respeitando as necessidades específicas de cada etnia, de maneira que cada povo conceba e construa a sua própria escola e que cada indígena seja feliz por ser indígena.

Em Pernambuco os povos indígenas estão construindo a Educação Escolar Indígena do Estado por meio de longos debates envolvendo os 11 povos indígenas, representantes do próprio Estado e integrantes da sociedade civil organizada, como é o caso do Centro de

Cultura Luis Freire, professores e estudantes das universidades engajados pela causa, tentando ao mesmo tempo debater e elaborar documentos que apresentem uma diretriz relativamente padronizada, mas que acima de tudo respeite as especificidades de cada povo. Educação Escolar Indígena em Pernambuco tem sido um processo que se desenha e redesenha na medida em que se vive. Ainda se tem muito a aprender e muito caminho a trilhar.

NOTAS

1. Dados obtidos através de documento do Centro de Cultura Luis Freire.
2. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
3. José Ivamilson Silva Barbalho foi missionário do CIMI e morou na Aldeia Grande e na Aldeia Xyxyaklá do Povo Fulni-ô por mais de 10 anos.
4. Marilena Araújo de Sá, além de ser professora é falante da língua Yaathe
5. FUNAI: criada em substituição ao extinto SPI.
6. Todas as questões que envolvessem indígenas estavam vinculadas ao Ministério da Justiça: terra, saúde, educação.
7. Tipo de cachimbo comumente usado pelos Fulni-ô, um pouco semelhante ao cachimbo fumado pelas pessoas na área rural da região circunvizinha. Segundo uma professora, a decisão sobre quando um indígena Fulni-ô está pronto para fumar "xanduca" é da família. É tomada pelo jovem e por seus pais sem interferências de pessoas externas, mesmo que sejam membros do povo.
8. Xanduca é um espécie de cachimbo que é fumado e compartilhado pelos Fulni-ô entre si, inclusive algumas crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício Andion. A árvore Pankararu: fluxos e metáforas da emergência étnica no sertão do São Francisco. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. 2. ed. Rio de Janeiro: LACED, 2004.

BARBALHO, José Ivamilson. *Os Fulni-ô de Águas Belas: apontamentos sócio-antropológicos*. Garanhuns: Mineo, 2003.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades

e universalismos. *Revista Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 92, 2005.

CAMPOS, Carla Siqueira. *Por uma antropologia ecológica dos Fulni-ô de Águas Belas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1 artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dinâmica social e estratégias indígenas: disputas e alianças no aldeamento do Ipanema, em Águas Belas, Pernambuco (1860-1920)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ENQUITA, Mariano Fernández. *Educação e transformação social*. Mangualde, Portugal: Pedago, 2007.

FLEURI, Reginaldo Matias. Intercultura e educação. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FUNAI. *Fulni-ô – quem são e onde vivem?* Brasília, DF, 2008.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Olhar longe porque o futuro é longe: cultura, escola e professores indígenas no Brasil*. 2008. 240f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Unidade de Educação Escolar Indígena. *Projeto político pedagógico do povo Fulni-ô*. Recife, 2010.

QUIRINO, Eliana Gomes. *Memória e cultura: os Fulni-ô afirmando identidade étnica*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ROMANI, Daniele. Yaathe a última língua sagrada. *Revista Continente*, Recife, maio 2009.

TASSINARI, Antonella M. I. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org). *Antropologia, história e educação*. São Paulo: Global, 2001, p. 44-69.